

Justiça resolve amanhã sorte do PT na eleição

A novela que envolve a participação do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 3 de outubro em Brasília pode ter seu capítulo final amanhã. O ministro Antônio Vilas Boas, do TSE, concedeu liminar ao mandado de segurança impetrado pelo PT, suspendendo temporariamente a decisão tomada na última segunda-feira pelo TRE, que julgou ilegal o diretório regional do partido. O ministro dá seu parecer ainda hoje sobre o recurso especial apresentado pelos advogados da legenda, levando o julgamento do processo para a audiência de amanhã do TSE.

O ministro, em telex enviado à noite para o desembargador Manoel Coelho, presidente do TRE, argumentou que a "relevância da questão, a urgência da medida e a possibilidade de dano irreparável", assim como precedentes do TSE de que não se deve anular convenção partidária "a falta de demonstração de prejuízos efetivos", influenciaram a sua decisão de suspender o indeferimento do diretório do PT/DF.

Segundo os advogados José Vigilato da Cunha Neto e Luiz Eduardo Greenhalg (assessor jurídico do PT nacional), o mandado de segurança teve por objetivo suspender a decisão do TRE até que o TSE aprecie o recurso especial, o que deve ocorrer amanhã, sob parecer de Vilas Boas. Isto impede ainda que

entre em votação na sessão de hoje do TRE o pedido de impugnação dos candidatos do PT.

ZONAIS

A questão da legalidade do diretório regional do PT passou a ser discutida após o indeferimento do registro de duas das três zonais necessárias para existência da legenda. Ocorre que a executiva nacional prorrogou no ano passado o mandato do diretório regional, não explicitando a prorrogação do mandato dos diretórios zonais. O TRE interpretou que a prorrogação se restringia ao diretório regional, sendo ilegal o processo de formação das zonais. Sem zonais necessárias, entendeu o TRE, não há diretório regional. Isto culminaria na impugnação dos

candidatos do PT para as eleições de outubro.

Acompanhando os advogados do partido, os candidatos da chapa majoritária Carlos Saraiva e Arlete Sampaio reconheceram que esta sequência de julgamentos negativos conseguiu desestimular a militância. "Prejudica toda a campanha, mas temos certeza que com a definição do registro teremos a estrela do PT brilhando novamente em Brasília", disse Saraiva, "É tudo uma questão política para desviar a atenção sobre a impugnação do Roriz", disparou Arlete.

Segundo Vigilato, mesmo que o posicionamento do TRE transitasse em julgado, não cabendo recurso, o PT poderia participar das eleições de outubro através da simples legalização do diretório regional.